



COMISSÃO DO XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO faz saber aos interessados que, conforme deliberação da Comissão, a relação de pontos das matérias elencadas no art. 3º do Regulamento do Concurso é a seguinte:

DIREITO CIVIL

PONTO I

- a) Norma jurídica. Vigência. Interpretação e adequação da lei. Conflito de leis no tempo e no espaço. Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais. Ausência. Tutela dos vulneráveis.
- b) Casamento. Regime de bens entre cônjuges e entre companheiros. Separação de fato. Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. União estável. Direitos sucessórios (sucessão legítima e testamentária).
- c) Posse. Propriedade. Condomínio. Direitos de vizinhança. Registros Públicos. Leis nºs. 6.015/73 e 8.935/94.
- d) Princípios fundamentais do direito civil. Exercício e abuso de direito. Responsabilidade civil. Prescrição e decadência. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Ato ilícito.
- e) Direito do consumidor. Proteção contratual. Responsabilidade civil nas relações de consumo. Teoria do Desvio Produtivo. Prescrição e decadência nas relações de consumo. Boa-fé e vulnerabilidade do consumidor nos contratos. Contratos de planos de saúde - Regulação da ANS - Proteção administrativa do consumidor. Empréstimos consignados.

PONTO II

- a) Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos ilícitos. Responsabilidade civil. Prescrição e decadência.
- b) Relações de parentesco. Poder familiar. Adoção. Casamento. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Alimentos. União estável. Nascituro. Embriões excedentários. Relações familiares plurais. Registro civil de pessoas naturais.
- c) Modos de aquisição e de perda da propriedade. Usucapião (judicial e extrajudicial). Direito de superfície. Função social e ambiental da posse e da propriedade. Condomínio. Direito de laje.
- d) Obrigações e contratos. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento. Solidariedade. Cláusula penal. Contratos em espécie.
- e) Direito do consumidor. Proteção constitucional do consumidor. Código de Defesa do Consumidor: pensamento sistemático e diálogo das fontes. Responsabilidade civil nas relações de consumo. Teoria do Desvio Produtivo. Prescrição e decadência nas relações de consumo. Serviços públicos concedidos - Agências reguladoras - Proteção administrativa do consumidor.



PONTO III

- a) Defeitos dos negócios jurídicos. Inexistência, nulidade e anulabilidade. Prescrição e decadência.
- b) Bens. Bens de família. Casamento. União estável. Regime de bens. Dissolução da união estável e do vínculo conjugal. Alimentos. Registro civil de pessoas naturais.
- c) Pessoa natural: capacidade e emancipação. Incapacidade. Internação psiquiátrica involuntária. Tutela. Curatela. Sucessão (legítima e testamentária).
- d) Posse. Propriedade. Direitos reais limitados. Direitos reais de garantia. Direito de laje.
- e) Contratos. Contrato de adesão. Contratos bancários. Juros. Superendividamento do consumidor. Contratos de planos de saúde - Regulação da ANS – Proteção administrativa do consumidor. Responsabilidade civil. Ato ilícito. Dano moral. Responsabilidade civil por perda de uma chance.

PONTO IV

- a) Casamento. Relações de parentesco. Proteção à pessoa dos filhos. União estável. Alienação parental. Princípio da paternidade responsável. Nascituro. Embriões excedentários. Relações familiares plurais. Usufruto e administração de bens de filhos incapazes. Registro civil de pessoas naturais.
- b) Propriedade. Posse. Usucapião. Direito de superfície. Direito de laje. Registro público imobiliário.
- c) Contratos. Princípios dos contratos. Teoria da imprevisão. Teoria da resolução por onerosidade excessiva. Adimplemento substancial. Dever de renegociação. Contratos em espécie.
- d) Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas. Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais. Associações e fundações.
- e) Direito do consumidor. Proteção contratual. Direito à informação. Vinculação das declarações de vontade. Direito de arrependimento nas relações de consumo. Interpretação dos contratos. Garantias contratual e legal. Cláusulas contratuais abusivas. Boa-fé e vulnerabilidade do consumidor nos contratos. Contratos bancários. Juros. Superendividamento do consumidor. Empréstimos consignados.

PONTO V

- a) Propriedade imobiliária: Promessa de compra e venda. Imóveis loteados. Direito de laje. Adjudicação compulsória. Contrato de compra e venda. Contrato de doação. Contrato de locação. Contrato de comodato. Registro público imobiliário.
- b) Casamento. União estável. Alimentos. Alimentos gravídicos. Reprodução medicamente assistida. Planejamento familiar. Guarda. Princípio da paternidade responsável. Sucessão (legítima e testamentária). Registro civil de pessoas naturais.
- c) Obrigações e contratos. Adimplemento e extinção. Inadimplemento. Solidariedade. Cláusula penal. Contratos em espécie.
- d) Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Desconsideração da personalidade jurídica. Dano moral. Dano estético.



e) Direito do consumidor. Direitos básicos do Consumidor. Publicidade enganosa e abusiva. Contratos bancários. Juros. Superendividamento do consumidor. Contratos de planos de saúde - Regulação da ANS - Proteção administrativa do consumidor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

PONTO I

- a) Processo e Constituição. Acesso à justiça. Justiça Multiportas: conciliação, mediação e arbitragem. Direito colaborativo. Normas de direito processual civil. Tutela provisória.
- b) Princípios do processo civil. Jurisdição (contenciosa e voluntária). Recursos. Teoria dos precedentes judiciais: precedentes obrigatórios. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas Vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos.
- c) Ação e processo. Competência. Execução. Ações locatícias.
- d) Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Partes e procuradores. Advocacia (privada e pública). Defensoria Pública. Ministério Público. Responsabilidade processual. Gratuidade de justiça.
- e) Atos processuais. Convenções processuais. Prazos. Preclusão. Comunicação dos atos processuais. Nulidades. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo eletrônico.

PONTO II

- a) Procedimento comum. Princípios do processo civil. Justiça Multiportas: conciliação, mediação e arbitragem. Direito colaborativo.
- b) Petição inicial. Demanda. Da improcedência liminar do pedido. Tutela provisória. Posturas do réu diante da demanda.
- c) Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Julgamento antecipado do mérito. Audiência de conciliação e mediação. Saneamento. Audiência de instrução e julgamento. Recursos.
- d) Direito probatório (teoria geral das provas e provas em espécie). Ônus da prova. Ônus da prova nas relações de consumo. Ações decorrentes da relação locatícia.
- e) Sentença, coisa julgada e outras estabilidades das decisões judiciais. Teoria da decisão judicial. Liquidação da sentença. Execução. Teoria dos precedentes judiciais: precedentes obrigatórios. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas Vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos.

PONTO III

- a) Processo de execução. Títulos executivos (judiciais e extrajudiciais). Responsabilidade patrimonial. Competência. Legitimidade. Teoria dos precedentes judiciais: precedentes obrigatórios. Distinção e superação de precedentes. Incidente de



Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas Vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos. Recursos.

- b) Cumprimento de sentença e execução por quantia certa. Ações locatícias.
- c) Cumprimento de sentença e execução da obrigação de fazer, não fazer e entregar (autônoma e incidental). Meios executivos. Cumprimento de sentença e execução contra a Fazenda Pública. Cumprimento de sentença e execução de obrigação alimentar. Execução fiscal. Princípios do processo civil.
- d) Formas de defesa do executado. Impugnação ao cumprimento de sentença. Embargos à execução. Objeção de pré-executividade. Defesas heterotópicas. Embargos de terceiro.
- e) Tutela provisória. Juizados especiais (cíveis e fazendários).

PONTO IV

- a) Ação para cumprimento da obrigação de fazer, não fazer e entrega de coisa. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ação de busca e apreensão em alienação fiduciária em garantia. Ações locatícias. Princípios do processo civil.
- b) Ação possessória. Ação de divisão e demarcação de terras. Ação de dissolução parcial da sociedade. Embargos de terceiro. Oposição. Teoria dos precedentes judiciais: precedentes obrigatórios. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas Vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos.
- c) Ação de inventário e da partilha. Ação de arrolamento. Ação de alvará judicial. Habilitação. Ação de restauração de autos. Ação monitória. Procedimentos de jurisdição voluntária. Procedimentos extrajudiciais previstos no CPC (consignação extrajudicial, divórcio extrajudicial, inventário extrajudicial e usucapião extrajudicial). Ação e processo.
- d) Ações de família. Ações relativas à obrigação alimentar. Ação de investigação de paternidade. Ação negatória de paternidade. Ação de divórcio. Procedimentos relativos às averbações, retificações e anotações no registro civil. Ação de mandado de segurança individual. Ação de adjudicação compulsória. Competência.
- e) Juizados especiais (cíveis e fazendários). Ação de reclamação constitucional. Tutela provisória.

PONTO V

- a) Ordem dos processos no tribunal. Julgamento monocrático e colegiado. Teoria dos precedentes judiciais: precedentes obrigatórios. Distinção e superação de precedentes. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Súmulas Vinculantes. Julgamento de recursos excepcionais repetitivos. Juizados especiais (cíveis e fazendários).
- b) Ação de homologação de decisão estrangeira e da concessão do *exequatur* à carta rogatória. Ação rescisória. Ação anulatória. Princípios do processo civil. Sentença, coisa julgada e outras estabilidades das decisões judiciais.
- c) Teoria geral dos recursos. Eficácia da decisão. Tutela provisória na fase recursal.
- d) Apelação. Agravo Interno. Agravo de Instrumento. Recurso Especial Recurso Extraordinário. Agravo em Recurso Especial ou Extraordinário.



e) Embargos de declaração. Mandado de Segurança. Recurso ordinário constitucional. Embargos de divergência. Sucumbência recursal.

DIREITO EMPRESARIAL

PONTO I

- a) O direito empresarial à luz da ordem constitucional brasileira. A empresa e o empresário. O estabelecimento. O nome empresarial. O Direito de Empresa no novo Código Civil. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Liquidação das sociedades. Registro público de empresas mercantis e atividades afins.
- b) Contrato de locação empresarial. Particularidades. Disciplina legal. Ação renovatória. Condições. Legitimidade. Prazos. Dispensa de renovação. Procedimento na ação renovatória.
- c) Contratos de plano de saúde. Contratos bancários. Operações ativas e passivas dos bancos. Contrato de cartão de crédito. Juros moratórios e remuneratórios. Responsabilidade civil dos bancos. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil. *Factoring*. O Comércio eletrônico.
- d) Títulos de crédito. Títulos de crédito impróprios. Cédulas de crédito bancário. Títulos de crédito do agronegócio. Títulos de crédito eletrônicos ou virtuais. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição.
- e) Insolvência civil. Falência. Recuperação judicial.

PONTO II

- a) Teoria geral da empresa. As pessoas que podem e as que são impedidas de exercer atividade empresarial. Formalidades e registros relativos às empresas.
- b) As sociedades. Sociedade não personificada. Sociedade personificada. Sociedade limitada. Sociedade cooperativa. Sociedade anônima. Direitos e responsabilidade dos sócios. Desconsideração da personalidade jurídica.
- c) Títulos de crédito. Cheque. Letra de câmbio. Nota promissória. Duplicata de compra e venda mercantil e de prestação de serviços. Cédula de crédito bancário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto de títulos. Ação cambial. Prescrição.
- d) A ordem econômica. Concorrência e livre iniciativa. Franchising. Contrato de Representação ou Agência. Características da representação. O representante é um empresário? Exclusividade da representação. Comissão sobre as vendas. Foro competente. Natureza do crédito na falência do representado.
- e) Contratos mercantis. Venda com reserva de domínio. Leasing. Alienação fiduciária. Representação comercial.

PONTO III

- a) Extinção, dissolução e liquidação das sociedades. Desconsideração da personalidade jurídica.
- b) Contratos de plano de saúde. Contratos bancários em geral. Características. Operações bancárias. A intervenção do Estado nos negócios bancários. Incidência do



Código de Defesa do Consumidor. Juros moratórios e remuneratórios. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil. *Factoring*.

c) Títulos de crédito. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição. Conhecimento de frete ou de transporte. Natureza jurídica. Figuras intervenientes. Formas de circulação. A responsabilidade do endossante. O *stoppage in transit*. A responsabilidade do emitente. Cláusula de não indenizar. Conhecimento de transporte multimodal.

d) Falência. Sujeitos. Classificação de créditos. Ação revocatória. Pedido de restituição. Recuperação judicial. Meios de recuperação.

e) Titular da empresa. Requisitos para o exercício da empresa. Capacidade e incapacidade. Menor. Interdito. Incompatibilidades funcionais. Proibição do comércio. Contrato de corretagem. Obrigações do corretor. Remuneração. Pluralidade de corretores. Dispensa do corretor.

PONTO IV

a) O direito empresarial à luz da ordem constitucional brasileira. A empresa e o empresário. Empresário individual. Empresário regular. Sociedade limitada.

b) Locação comercial. Fundo de comércio. O nome empresarial. Sociedades coligadas. Sociedades por ações. Espécies. Sociedade anônima.

c) Títulos de crédito. Cheque. Letra de câmbio. Nota promissória. Duplicata de compra e venda mercantil e de prestação de serviços. Cédula de crédito bancário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição.

d) Sociedade. Responsabilidade limitada, ilimitada e solidária. Responsabilidade do sócio-gerente e do administrador. Exclusão do sócio. Cessão de cotas. Dissolução parcial. Retirada do sócio. Desconsideração da personalidade jurídica. Responsabilidade dos sócios cotistas. Exclusão do sócio. Os prepostos.

e) Deliberações sociais. O conceito de maioria. Assembleia e reunião de quotistas. Dispensa. Convocação e instalação. *Quorum*. Ilegalidade e a responsabilidade dos sócios. O conselho fiscal na sociedade limitada. Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Unipessoalidade temporária. Abuso do direito e fraude através da personalidade jurídica. Doutrina da desconsideração da pessoa jurídica.

PONTO V

a) Sociedades Empresárias. Caracterização. Tipos societários. Elementos. Classificação. Natureza do ato constitutivo. Personalidade Jurídica. Sociedades em comum. Sociedade limitada. Sociedades por ações. Espécies. Sociedade anônima.

b) Títulos de crédito. Princípios do direito cambiário. Aval, fiança e outras garantias. Endosso. Protesto. Ação cambial. Prescrição. Ação de locupletamento. A responsabilidade em caso de desapossamento da letra de câmbio: teorias da criação e da emissão. Ação de anulação e substituição de títulos.

c) Insolvência civil. Falência. Recuperação judicial.

d) Contratos bancários. Operações ativas e passivas dos Bancos. Contrato de cartão de crédito. Sistema de cartão de crédito. Natureza Jurídica. Características. Direitos e obrigações das partes. Incidência. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90). Juros moratórios e remuneratórios. Responsabilidade civil dos Bancos. Alienação fiduciária em garantia. Arrendamento mercantil. *Factoring*.



e) A ordem econômica. Concorrência e livre iniciativa. Franchising.

TUTELA COLETIVA

PONTO I

- a) Fundamentação científica. Hermenêutica jurídica.
- b) Evolução histórica (Brasil e mundo). Ordem constitucional.
- c) Defensoria Pública e ações coletivas.
- d) Tutela coletiva de direitos e Acesso à Justiça. Princípios.
- e) Processo coletivo.

PONTO II

- a) A integração normativa (Constituição Federal, Lei da Ação Civil Pública, Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei do Mandado de Segurança, Lei da Ação Popular, Estatuto da Pessoa com Deficiência e outras leis especiais). Competência.
- b) Elementos conceituais (situação coletiva, causa coletiva, interessados coletivos, legitimados coletivos, instrumentos extrajudiciais coletivos, ação coletiva, processo coletivo, questão coletiva, decisão coletiva).
- c) Objetivos. Condições da ação coletiva. Litispendência e conexão. Prescrição.
- d) Princípios. Procedimentos coletivos.
- e) Classificação dos interesses coletivos. Sentença e coisa julgada.

PONTO III

- a) Meios alternativos de composição dos conflitos coletivos. Relação com a busca do Acesso à Justiça.
- b) Representação e remessa de peças aos legitimados coletivos. Publicação de editais. Audiência pública. *Amicus curiae*.
- c) Requisição de certidões e informações. Habilitação. Litisconsórcio.
- d) Procedimentos administrativos para investigação das situações coletivas. Liquidação e execução coletiva.
- e) Termo de ajustamento de conduta. Interação entre as ações coletivas e as ações individuais.

PONTO IV

- a) Legitimidade. Defensoria Pública e ações coletivas. Coisa julgada coletiva. Aplicação subsidiária do CPC.
- b) Habilitação. Litisconsórcio. Deslocamento do legitimado passivo para o polo ativo. Desistência da demanda e assunção da titularidade ativa. Assunção da titularidade no caso do autor coletivo inerte. Intervenção do Ministério Público (fiscal da lei).
- c) Competência. Pedido coletivo. Tutelas liminares. Suspensão de execução da liminar. Provimentos coletivos.



- d) Atividade probatória. Instrumentos de participação democrática. Ação coletiva passiva.
- e) Sistema de isenção de encargos processuais. Responsabilidade solidária e desconsideração da personalidade jurídica das associações civis. Fundo de reparação aos bens jurídicos lesados. Recursos. Liquidação e execução coletiva.

PONTO V

- a) Estruturação procedimental das ações coletivas (ações coletivas com rito especial e ações coletivas sem rito especial). Ação civil pública.
- b) Ação coletiva para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ação coletiva inibitória. Ação de mandado de segurança coletivo. Habilitação. Litisconsórcio.
- c) Ação popular. Ação de usucapião coletiva. Ação coletiva cautelar. Classificação dos interesses coletivos.
- d) Termo de ajustamento de conduta. Liquidação e execução da obrigação coletiva pecuniária. Liquidação e execução das obrigações coletivas mandamentais.
- e) Controle de constitucionalidade. Sentença e coisa julgada coletiva.

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

PONTO I

- a) Histórico: o desenvolvimento da Defensoria Pública no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
- b) A posição constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo. A essencialidade constitucional da Defensoria Pública e as consequentes limitações impostas ao poder constituinte derivado. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição Federal. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.
- c) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos. Os modelos teóricos de assistência jurídica dos Estados contemporâneos: conteúdo e limitações práticas. O modelo brasileiro de assistência jurídica estatal gratuita.
- d) Curadoria Especial: hipóteses legais de atuação, natureza jurídica, poderes e limites. Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública.
- e) Princípios institucionais da Defensoria Pública. Garantias dos membros da Defensoria Pública. Direitos dos assistidos.

PONTO II

- a) A posição constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo. A essencialidade constitucional da Defensoria Pública e as consequentes limitações impostas ao poder constituinte derivado. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição Federal. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.
- b) A Defensoria Pública e a repartição constitucional de competências legislativas. A



sistematização normativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções fundamentais (Lei Complementar Federal nº 80/1994 e Lei Federal nº 8.906/1994).

c) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos.

d) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do Defensor Público. A relação jurídica estabelecida entre assistido e Defensoria Pública: natureza, formalização, conteúdo característico, extensão e limites.

e) Funções institucionais da Defensoria Pública: definição, classificação e análise em espécie. Interpretação sistemática das funções institucionais da Defensoria Pública na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 80/1994, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro e na Lei Complementar Estadual nº 06/1977. Curadoria Especial: hipóteses legais de atuação, natureza jurídica, poderes e limites. Teoria dos poderes implícitos e investigação criminal defensiva. Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública.

PONTO III

a) A posição constitucional da Defensoria Pública no Estado Democrático de Direito contemporâneo. A essencialidade constitucional da Defensoria Pública e as consequentes limitações impostas ao poder constituinte derivado. A autonomia institucional da Defensoria Pública na Constituição Federal. A Defensoria Pública e o acesso à justiça.

b) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos. Os modelos teóricos de assistência jurídica dos Estados contemporâneos: conteúdo e limitações práticas. O modelo brasileiro de assistência jurídica estatal gratuita.

c) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do Defensor Público. A relação jurídica estabelecida entre assistido e Defensoria Pública: natureza, formalização, conteúdo característico, extensão e limites.

d) Funções institucionais da Defensoria Pública: definição, classificação e análise em espécie. Interpretação sistemática das funções institucionais da Defensoria Pública na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 80/1994, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro e na Lei Complementar Estadual nº 06/1977. A legitimidade da Defensoria Pública para a tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública. Proibições dos membros da Defensoria Pública.

e) Estrutura e Organização Administrativa da Defensoria Pública. Os órgãos de composição da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A carreira de Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro: escalonamento, ingresso, nomeação, posse, lotação, remoção, promoção e reingresso.

PONTO IV



- a) Histórico: o desenvolvimento da Defensoria Pública no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
- b) A Defensoria Pública e a repartição constitucional de competências legislativas. A sistematização normativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções fundamentais (Lei Complementar Federal nº 80/1994 e Lei Federal nº 8.906/1994).
- c) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos.
- d) Curadoria Especial: hipóteses legais de atuação, natureza jurídica, poderes e limites. Teoria dos poderes implícitos e investigação criminal defensiva. Prerrogativas dos membros da Defensoria Pública. Objetivos da Defensoria Pública.
- e) Regime disciplinar da Defensoria Pública. Do direito de greve no âmbito da Defensoria Pública. Atribuição, Impedimento e Suspeição.

PONTO V

- a) A Defensoria Pública e a repartição constitucional de competências legislativas. A sistematização normativa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções fundamentais (Lei Complementar Federal nº 80/1994 e Lei Federal nº 8.906/1994).
- b) Gratuidade de justiça, assistência judiciária gratuita e assistência jurídica gratuita: distinção, conceituação, requisitos, titularidade, abrangência, procedimento para análise e reconhecimento dos referidos direitos.
- c) Natureza jurídica da Defensoria Pública. Natureza jurídica do Defensor Público. A relação jurídica estabelecida entre assistido e Defensoria Pública: natureza, formalização, conteúdo característico, extensão e limites.
- d) Funções institucionais da Defensoria Pública: definição, classificação e análise em espécie. Interpretação sistemática das funções institucionais da Defensoria Pública na Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 80/1994, na Constituição do Estado do Rio de Janeiro e na Lei Complementar Estadual nº 06/1977. Curadoria Especial: hipóteses legais de atuação, natureza jurídica, poderes e limites. Princípios institucionais da Defensoria Pública. Garantias dos membros da Defensoria Pública. Deveres dos membros da Defensoria Pública.
- e) Estrutura e Organização Administrativa da Defensoria Pública. Os órgãos de composição da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. A carreira de Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro: escalonamento, ingresso, nomeação, posse, lotação, remoção, promoção e reingresso.

DIREITO PENAL

PONTO I

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.



- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa, Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra a Dignidade Sexual e Crimes Contra a Administração Pública. Crimes Contra a Família. Crimes Contra a Incolumidade Pública.
- d) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente.
- e) Lei nº 9.455/97: Tortura. Lei nº 7.716/89: Crimes resultantes de Preconceito de raça ou de cor. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei nº 10.671/03: Estatuto de Defesa do Torcedor. Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção. 12.850/2013: Leis sobre Organizações Criminosas. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo.

PONTO II

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade;
- c) Crimes Contra a Pessoa, Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra a Dignidade Sexual. e Crimes Contra a Administração Pública.
- d) Crimes Contra a Paz Pública. Crimes Contra a Fé Pública.
- e) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 4.898/65: Abuso de Autoridade. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 13.260/16: Lei Antiterrorismo.

PONTO III

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa, Crimes Contra o Patrimônio. Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública. Crimes Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos.
- d) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Dec.-Lei nº 3.688/41: Contravenções Penais. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente.
- e) Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 11.101/05: Crimes Falimentares. Lei nº 8137/90: Crimes Contra as Relações de Consumo; Lei nº 1.521/01: Crimes Contra a Economia Popular. Lei nº 10.671/03: Estatuto de Defesa do Torcedor. Lei nº 12.984/2014: Crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de aids. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso.



Lei 9.455/97: Tortura. Lei nº 7.716/89: Crimes resultantes de Preconceito de raça ou de cor. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.44/16: Lei de Tráfico de Pessoas.

PONTO IV

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio. Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública.
- d) Crimes contra a Incolumidade Pública. Crimes contra a Paz Pública. Crimes Contra a Fé Pública.
- e) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei nº 1.521/01: Crimes Contra a Economia Popular. Lei nº 10.671/03: Estatuto de Defesa do Torcedor. Lei nº 8.069/90: Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 13.44/16: Lei de Tráfico de Pessoas. Lei 13.445/17: Lei de Migração.

PONTO V

- a) Princípios Constitucionais de Direito Penal. Teoria da Norma Penal. Teoria do Crime.
- b) Teoria da Pena e Medida de Segurança. Dosimetria da Pena. Extinção da Punibilidade.
- c) Crimes Contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra a Administração Pública. Crimes Contra o Sentimento Religioso. Crimes contra a Paz Pública. Crimes Contra a Fé Pública.
- d) Lei nº 8.072/90: Crimes Hediondos e Equiparados. Lei nº 11.343/06: Nova Lei de Drogas. Lei nº 10.826/03: Estatuto do Desarmamento. Lei nº 10.741/03: Estatuto do Idoso. Lei 9.455/97: Tortura. Lei nº 7.716/89: Crimes resultantes de Preconceito de raça ou de cor. Lei nº 9.605/98: Crimes Contra o Meio Ambiente.
- e) Lei nº 9.807/99: Proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas. Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro. Dec.-Lei nº 3.688/41: Contravenções Penais. Lei nº 4.898/65: Abuso de Autoridade. Lei 13.44/16: Lei de Tráfico de Pessoas. Lei 13.445/17: Lei de Migração.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

PONTO I

- a) Norma Processual Penal: fontes e eficácia. Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência.



- b) Questões e Processos Incidentes. Sistemas processuais penais. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. Princípios do processo penal.
- c) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Princípios institucionais da Defensoria Pública em matéria criminal. Teoria do garantismo penal. Defesa dos Direitos humanos.
- d) Citações e Intimações. Preclusão. Sentença. Coisa Julgada penal. Efeitos da Sentença Penal. Mandado de segurança em matéria criminal. Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Legislação extravagante. Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal. Lei 9.503/97. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei 12.037/09: Identificação Criminal. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo.
- e) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal.

PONTO II

- a) Interpretação da Lei Processual Penal. Princípios do Processo Penal.
- b) Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. Sistemas processuais penais.
- c) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Mandado de segurança em matéria criminal. Teoria do garantismo penal. Defesa dos Direitos humanos.
- d) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Legislação extravagante. Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Tutela coletiva em matéria criminal.
- e) Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei nº 12.594/2012: Sinase. Lei 12.681/2012 (Sinesp). Lei 12.850/2013: Organização Criminosa. Tutela coletiva em matéria criminal. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.344/16: Tráfico de Pessoas.

PONTO III

- a) Princípios do Processo Penal. Questões e Processos Incidentes. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. Sistemas processuais penais.
- b) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Princípios institucionais da Defensoria Pública em matéria criminal.
- c) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais. Legislação extravagante. Citações e Intimações. Preclusão. Sentença. Coisa Julgada penal. Efeitos da Sentença Penal.
- d) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Mandado de segurança em matéria criminal. Defesa dos Direitos humanos.
- e) Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei 9.503/97. Lei 12.037/09: Identificação Criminal. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 12.594/2012: Sinase. Lei 12.681/2012 (Sinesp). Lei



12.850/2013: Organização Criminosa. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.344/16: Tráfico de Pessoas.

PONTO IV

- a) Princípios do Processo Penal. Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. Sistemas processuais penais.
- b) Citações e Intimações. Preclusão. Sentença. Coisa Julgada penal. Efeitos da Sentença Penal. Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Teoria do garantismo penal. Defesa dos Direitos humanos.
- c) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais, Legislação extravagante. Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal.
- d) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal. Mandado de segurança em matéria criminal.
- e) Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.340/06: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei 9.503/97. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 12.594/2012: Sinase. Lei 12.850/2013: Organização Criminosa. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo.

PONTO V

- a) Norma Processual Penal: fontes e eficácia. Princípios do Processo Penal. Investigação criminal. Ação Penal. Jurisdição e Competência. Sistemas processuais penais.
- b) Da prova penal. Sujeitos Processuais penais. e) Medidas Cautelares no Processo Penal. Prisão e Liberdade. Habeas Corpus. Mandado de segurança em matéria criminal. Direitos humanos. Teoria do garantismo penal. Defesa dos Direitos humanos.
- c) Processo. Procedimento: procedimento comum, Júri, procedimentos especiais, Legislação extravagante. Estatuto da Criança e do Adolescente em matéria criminal. Princípios institucionais da Defensoria Pública em matéria criminal.
- d) Nulidades. Recursos. Revisão Criminal.
- e) Juizado Especial Criminal. Lei nº 9.296/96: Interceptação Telefônica. Lei nº 11.417/06: Súmula Vinculante. Lei nº 11.418/06: Repercussão Geral. Lei nº 11.419/06: Informatização do Processo Judicial. Lei 9.503/97. Lei 12.037/09: Identificação Criminal. Código de Trânsito Brasileiro. Lei nº 12.594/2012: Sinase. Lei 12.681/2012 (Sinesp). Lei 12.850/2013: Organização Criminosa. Tutela coletiva em matéria criminal. Lei 13.260/16: Lei Antiterrorismo. Lei 13.344/16: Tráfico de Pessoas.

DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL

PONTO I

- a) Princípios do Direito de Execução Penal. Objetivos da Execução Penal. Sistemas de Execução Penal. Natureza da Execução Penal.
- b) Fontes Positivas do Direito de Execução Penal.
- c) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.



- d) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena.
- e) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário. Lei 13.675/18

PONTO II

- a) Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal. Destinatários da Lei de Execução Penal. O Condenado e o Internado. Classificação. Preso Estrangeiro. Exame Criminológico. Assistência. Trabalho do Preso.
- b) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- c) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário. Lei 12.847/2013. Lei Estadual nº 5.778/10. Lei 13.675/18. Lei 12.681/2012 (SINESP).
- d) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena. Procedimento Judicial. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação. Tutela Coletiva na Execução Penal.
- e) Instrumentos internacionais de proteção às pessoas presas: I) Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos da ONU (1955); II) Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (1966); III) Convenção Americana de Direitos Humanos (1969); IV) Conjunto de Princípios para a proteção de todas as pessoas submetidas a qualquer forma de detenção ou prisão (1988); V) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU (Resolução nº 39/46, adotada pela ONU em 1984 e ratificada pelo Brasil em 1989); VI) Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, da OEA (1985); VII) Princípios básicos para o tratamento dos reclusos (Resolução da ONU nº 45/111, de 1990); VIII) Declaração sobre a proteção de todas as pessoas contra os desaparecimentos forçados (Resolução da ONU nº 47/133, de 1992); IX) Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok - 2010). Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela-2015). Manual para Investigação e Documentação Eficazes da Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Protocolo de Istambul-2001).

PONTO III

- a) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário. Lei 13.675/18. Regime Disciplinar Diferenciado. Lei 12.847/2013. Lei Estadual nº 5.778/10. Lei 13.675/18. Lei 12.681/2012 (SINESP).
- b) Lei 11.671/08 e Decreto 6.877/09 (Transferência de presos para estabelecimentos penais federais).
- c) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- d) Execução da Pena de Multa.
- e) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena. Procedimento Judicial. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação. Tutela Coletiva na Execução Penal.

PONTO IV



- a) Órgãos da Execução Penal. Estabelecimentos Penais. A Defensoria Pública e a Lei 12.313/10.
- b) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- c) Execução da Pena de Multa. Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena.
- d) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário.
- e) Incidentes. Excesso e Desvio de Execução. Conversões. Reabilitação.

PONTO V

- a) Execução da Pena Restritiva de Direitos. Suspensão Condicional da Pena.
- b) Execução da Pena Privativa de Liberdade. Execução da Medida de Segurança. Lei 10.216/01.
- c) Deveres, Direitos e Disciplina. Sistema Disciplinar. Direito Penitenciário. Procedimento Judicial. Recursos. Ações Autônomas de Impugnação. Tutela Coletiva na Execução Penal.
- d) Anistia, Graça, Indulto e Comutação de Pena. Incidentes. Excesso e Desvio de Execução. Conversões. Reabilitação.
- e) Instrumentos internacionais de proteção às pessoas presas: I) Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos da ONU (1955); II) Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (1966); III) Convenção Americana de Direitos Humanos (1969); IV) Conjunto de Princípios para a proteção de todas as pessoas submetidas a qualquer forma de detenção ou prisão (1988); V) Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes da ONU (Resolução nº 39/46, adotada pela ONU em 1984 e ratificada pelo Brasil em 1989); VI) Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, da OEA (1985); VII) Princípios básicos para o tratamento dos reclusos (Resolução da ONU nº 45/111, de 1990); VIII) Declaração sobre a proteção de todas as pessoas contra os desaparecimentos forçados (Resolução da ONU nº 47/133, de 1992); IX) Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok - 2010). Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela-2015). Manual para Investigação e Documentação Eficazes da Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (Protocolo de Istambul-2001).

CRIMINOLOGIA

PONTO I

- a) Conceito, objeto e método da Criminologia. Interdisciplinaridade. Criminologia na América Latina. Criminologia no Brasil.
- b) História do pensamento criminológico. Escola Clássica e Escola Positiva. Escola de Chicago e Teoria da Anomia. Teorias da Associação Diferencial e Subculturas Delinquentes. Teoria do Etiquetamento. Criminologia Crítica.



- c) Pensamento criminológico contemporâneo. Criminologia feminista. Criminologia racial, Criminologia cultural. Criminologia *queer*, Criminologia verde. Criminologia e crimes do Estado.
- d) Criminologia e política criminal. Minimalismo. Abolicionismo. Justiça Restaurativa. Realismo de esquerda. Realismo marginal. Lei e ordem. Tolerância zero. Populismo penal. Encarceramento em massa. Direito penal do inimigo. Política criminal atuarial.
- e) Encarceramento em massa. Política criminal de drogas. Criminalização do protesto. Criminalização dos movimentos sociais. Crime, controle penal e classes sociais no Brasil. Manicômios e reforma psiquiátrica.

PONTO II

- a) Conceito, objeto e método da Criminologia. Criminologia no Brasil.
- b) Interdisciplinaridade. História do pensamento criminológico. Escola Clássica e Escola Positiva. Teorias da Associação Diferencial e Subculturas Delinquentes. Criminologia Crítica. Criminalização dos movimentos sociais. Encarceramento em massa.
- c) Pensamento criminológico contemporâneo. Criminologia feminista. Criminologia racial, Criminologia cultural. Criminologia *queer*, Criminologia verde. Criminologia e crimes do Estado. Política criminal de drogas.
- d) Abolicionismo. Direito penal do inimigo. Manicômios e reforma psiquiátrica. Teoria do Etiquetamento. Justiça Restaurativa. Realismo de esquerda. Realismo marginal. Lei e ordem. Tolerância zero. Populismo penal. Criminalização do protesto. Criminalização dos movimentos sociais. Direito penal do inimigo. Política criminal atuarial. Encarceramento em massa.
- e) Encarceramento em massa. Política criminal de drogas. Crime, controle penal e classes sociais no Brasil. Manicômios e reforma psiquiátrica.

PONTO III

- a) Conceito, objeto e método da Criminologia. Interdisciplinaridade.
- b) Criminologia na América Latina. Criminologia no Brasil. História do pensamento criminológico. Escola Clássica e Escola Positiva. Escola de Chicago e Teoria da Anomia. Teoria do Etiquetamento. Criminologia Crítica.
- c) Pensamento criminológico contemporâneo. Criminologia feminista. Criminologia racial, Criminologia cultural. Criminologia *queer*, Criminologia verde. Teoria do Etiquetamento. Criminologia e crimes do Estado.
- d) Abolicionismo. Justiça Restaurativa. Realismo de esquerda. Realismo marginal. Lei e ordem. Tolerância zero. Populismo penal. Direito penal do inimigo. Política criminal atuarial. Política criminal de drogas. Encarceramento em massa.
- e) Criminologia e política criminal. Minimalismo. Encarceramento em massa. Política criminal de drogas. Criminalização do protesto. Criminalização dos movimentos sociais. Crime, controle penal e classes sociais no Brasil. Manicômios e reforma psiquiátrica.

PONTO IV



- a) Criminologia na América Latina. Criminologia no Brasil.
- b) História do pensamento criminológico. Escola Clássica e Escola Positiva. Escola de Chicago e Teoria da Anomia. Teoria do Etiquetamento. Criminologia Crítica.
- c) Interdisciplinaridade. Criminologia na América Latina. Criminologia no Brasil. Teorias da Associação Diferencial e Subculturas Delinquentes. Pensamento criminológico contemporâneo. Criminologia feminista. Criminologia racial, Criminologia cultural. Criminologia *queer*, Criminologia verde. Criminologia e crimes do Estado. Política criminal de drogas.
- d) Manicômios e reforma psiquiátrica. Criminologia e política criminal. Minimalismo. Abolicionismo. Direito penal do inimigo. Justiça Restaurativa. Encarceramento em massa. Realismo de esquerda. Realismo marginal. Lei e ordem. Tolerância zero. Populismo penal. Direito penal do inimigo. Política criminal atuarial.
- e) Encarceramento em massa. Política criminal de drogas. Criminalização do protesto. Criminalização dos movimentos sociais. Crime, controle penal e classes sociais no Brasil. Manicômios e reforma psiquiátrica

PONTO V

- a) Conceito, objeto e método da Criminologia. Interdisciplinaridade.
- b) Criminologia na América Latina. Criminologia no Brasil. História do pensamento criminológico. Escola Clássica e Escola Positiva. Escola de Chicago e Teoria da Anomia. Teorias da Associação Diferencial e Subculturas Delinquentes. Teoria do Etiquetamento. Criminologia Crítica.
- c) Pensamento criminológico contemporâneo. Criminologia feminista. Criminologia e crimes do Estado. Política criminal de drogas.
- d) Criminologia e política criminal. Minimalismo. Justiça Restaurativa. Criminologia racial, Criminologia cultural. Criminologia *queer*, Criminologia verde. Realismo de esquerda. Realismo marginal. Lei e ordem. Tolerância zero. Populismo penal. Direito penal do inimigo. Política criminal atuarial.
- e) Encarceramento em massa. Política criminal de drogas. Criminalização do protesto. Criminalização dos movimentos sociais. Crime, controle penal e classes sociais no Brasil.

DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO I

- a) Direitos e Garantias Constitucionais.
- b) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- c) Meio-Ambiente na Constituição Federal. Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.
- d) Funções Essenciais à Justiça. Da Defensoria Pública.
- e) Processo Legislativo. Repartição de competências.
- f) Direitos Sociais. Direitos Políticos.
- g) Princípios Constitucionais Tributários.



PONTO II

- a) Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Da Defensoria Pública.
- b) Estado de Defesa e Estado de Sítio.
- c) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- d) Ordem Social. Princípios.
- e) Direitos e Garantias Constitucionais.
- f) Princípios Constitucionais Tributários.
- g) Organização do Estado. Organização dos Poderes.

PONTO III

- a) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- b) Processo Legislativo. Repartição de Competências.
- c) Direitos e Garantias Constitucionais.
- d) Funções Essenciais à Justiça. Da Defensoria Pública.
- e) Intervenção nos Estados e Municípios.
- f) Princípios Constitucionais Tributários.
- g) Direitos Sociais. Direitos Políticos.

PONTO IV

- a) Funções Essenciais à Justiça. Da Defensoria Pública.
- b) Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Da Defensoria Pública.
- c) Direitos e Garantias Constitucionais.
- d) Meio-Ambiente na Constituição Federal. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000. Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.
- e) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- f) Direitos Sociais. Direitos Políticos.
- g) Da Seguridade Social.

PONTO V

- a) Estado de Defesa e Estado de Sítio.
- b) Controle de Constitucionalidade. Interpretação Constitucional.
- c) Intervenção nos Estados e Municípios.
- d) Direitos e Garantias Constitucionais.
- e) Ordem Social. Princípios.
- f) Organização do Estado. Organização dos Poderes.
- g) Princípios Constitucionais Tributários

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO I



- a) Agentes Públicos: políticos, administrativos, honoríficos, delegados, diplomáticos. Investidura ou Provimento. Reingresso, Reintegração, Readmissão, Aproveitamento, Reversão e Transferência. Regime de Previdência.
- b) Ato Administrativo. Fato Administrativo. Requisitos e Atribuição. Classificação. Efeitos. Formas. Contratos Administrativos.
- c) Serviços Públicos. Classificação. Execução. Competência. Requisitos. Atributos. Direito de Greve. Serviços Essenciais e o Código de Defesa do Consumidor. Gratuidade de Transporte, Educação e Saúde.
- d) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Objetiva. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.
- e) Princípios Básicos da Administração Pública. Recurso Administrativo e os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

PONTO II

- a) Direito Administrativo. Fontes. Princípios Gerais de Direito. Relação do Direito Administrativo com os demais ramos do Direito. Interpretação da Norma de Direito Administrativo.
- b) Servidores Públicos. Classificação. Garantias. Deveres. Direitos de Ordem Pecuniária. Vantagens. Acumulação de Cargos. Empregos ou Funções. Estabilidade. Processo Administrativo Disciplinar. Regime de Previdência.
- c) Contratos Administrativos. Características. Cláusulas Essenciais. Teoria da Imprevisão. Consequência da Inexecução. Rescisão. Licitações. Parcerias Públicas Privadas.
- d) Controle da Administração Pública pelo Judiciário. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção e Habeas Data.
- e) Autonomia Administrativa e Financeira de Órgão Público.

PONTO III

- a) Domínio Público. Bens Públicos. Afetação e Desafetação. Regime Jurídico dos Bens Públicos. Enfiteuse. Terras de Marinha e demais Terras Públicas. Patrimônio Histórico.
- b) Poderes da Administração Pública. Poder de Polícia e seus Atributos. Desvio e Abuso de Poder. Poder Disciplinar. Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Rio de Janeiro. Poder Regulamentar. Processo Administrativo Disciplinar.
- c) Administração Pública: Direta e Indireta. Princípios que as regem e seus Poderes.
- d) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Objetiva. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.
- e) Intervenção na Propriedade. Desapropriação. Espécies. Fundamentos. Competência. Desvio de Finalidade. Retrocessão. Servidão Administrativa.



Ocupação Temporária e Limitação Administrativa. Política Urbana (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e Lei Federal 13.465 de 11 de Julho de 2017).

PONTO IV

- a) Direito Administrativo. Fontes. Princípios Gerais de Direito. Relação do Direito Administrativo com os demais ramos do Direito. Interpretação da Norma de Direito Administrativo.
- b) Controle da Administração Pública. Controle Interno. Procedimento Investigatório. Controle Externo.
- c) Controle da Administração Pública pelo Judiciário. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção e Habeas Data.
- d) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Objetiva. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.
- e) Intervenção na Propriedade. Desapropriação. Espécies. Fundamentos. Competência. Desvio de Finalidade. Retrocessão. Servidão Administrativa. Ocupação Temporária e Limitação Administrativa. Política Urbana (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e Lei Federal 13.465 de 11 de Julho de 2017).

PONTO V

- a) Ato Administrativo. Fato Administrativo. Requisitos e Atribuição. Classificação. Efeitos. Formas. Contratos Admirativos.
- b) Intervenção na Propriedade. Desapropriação. Espécies. Fundamentos. Competência. Desvio de Finalidade. Retrocessão. Servidão Administrativa. Ocupação Temporária e Limitação Administrativa. Política Urbana (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e Lei Federal 13.465 de 11 de Julho de 2017).
- c) A Atuação da Administração e o Devido processo Legal. Autotutela Administrativa. Revogação. Anulação. Sanatória dos Atos Administrativos. Lei Estadual RJ nº 5427 de 1º de Abril de 2009.
- d) Atos de Improbidade. Moralidade Administrativa. Abuso de Autoridade. Desvio de Finalidade. Excesso de Poder. Ação Civil Pública.
- e) A Responsabilidade Civil da Administração Pública. Aspectos Doutrinários. Teoria do Risco Integral. Teoria da Culpa Objetiva. Teoria da Responsabilidade Civil do Estado no Direito Positivo Brasileiro. Teoria da Responsabilidade do Estado por Atos Legislativos e Judiciários.

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

PONTO I



- a) Violências de Gênero. Violência doméstica. Lei Maria da Penha. Convenção de Belém do Pará. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso González e Outras vs. México.
- b) Racismo. Convenção Interamericana contra o Racismo e Discriminação Racial e outras formas Correlatas de intolerância. Soft law. Sistema Interamericano. Caso Simone André Diniz.
- c) Pessoas com Deficiência. Normativa Internacional. Convenção Internacional de Pessoas com deficiência. Sistema Interamericano. Caso Ximenes Lopes vs. Brasil.
- d) Direitos da População em situação de Rua. Princípios. Conceitos. Decreto Federal nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009.
- e) Direito das Pessoas Moradoras de Favelas. Direito das Vitimas de Violência de Estado. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil.
- f) Sistema Interamericano. Obrigações dos Estados de Prover os Recursos Internos. Corte Interamericana: Caso Velásquez Rodrigues vs Honduras.

PONTO II

- a) Diversidade Sexual. Direito das Pessoas LGBT. SIDH. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Opinião Consultiva nº 24 de 2017. STF ADI nº 4275.
- b) Liberdade de Expressão. Liberdade de Opinião e Funcionário Público. Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Caso Fontececchia e outros vs. Argentina.
- c) Pessoas com deficiência. Padrões Internacionais de Proteção. Lei 10.216 de 6 de Abril de 2001. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso Poblete Vilches e Outros vs. Chile
- d) Racismo. Racismo Institucional. Programa Brasil Quilombola. Política Nacional de saúde da População Negra. Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.
- e) Tortura. Tratados Internacionais de Combate à Tortura. Órgãos Nacionais e Internacionais de Monitoramento. Atribuições. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso Bayarri vs. Argentina.
- f) Gênero, Sexo, Diferença Sexual. Reprodução Feminina. Política e Trabalho. Jurisprudência do Sistema Interamericano. Caso Artavia Murillo e Outros vs. Costa Rica.

PONTO III

- a) Violência Institucional de Gênero. Violência Obstétrica. Igualdade e não Discriminação. Direitos Sexuais e Reprodutivos. ADPF 442.
- b) Racismo e Sistema de Justiça. Acesso à Justiça. Teoria Crítica da Raça. Crime de Racismo.
- c) Políticas de Acesso à Justiça das Pessoas em Situação de Vulnerabilidades no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Assistência Jurídica. Defensor Interamericano. Regras de Brasília. Caso Ruano Torres vs. El Salvador.



- e) Direito das Pessoas moradoras das Favelas. Segurança e Cidadania. Direito de Resistência. Comissão Interamericana. Informe sobre Segurança cidadã e Direitos Humanos.
- f) Jurisprudência do Sistema Interamericano. Garantias. Direitos Pre-Processuais. Caso Cabrera Garcia e Montiel Flores vs. México.

PONTO IV

- a) Pobreza. Igualdade e Não discriminação. Princípio de não Submissão. Categorias Suspeitas. Igualdade e Direitos Sociais. Judicialização dos DESCs.
- b) Direito das Mulheres. Direitos Sexuais e Reprodutivos. STF ADPF nº 442.
- c) Povos Originários. Terra e Território. Movimento Constitucional da América Latina. Justiça Ordinária vs Justiça Indígena. Jurisprudência do SIDH. Caso Povo Indígena Xucuru vs. Brasil
- d) População LGBT. Normativa Internacional. Princípios de Yogyakarta. Jurisprudência do SIDH. Caso Atala Riffo vs. Chile
- e) Raça e Racismo. Discriminação Racial e Sistema de Justiça. Padrões Internacionais de Proteção.
- f) Acesso à Justiça das Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Sistema Interamericano e Defensoria Pública. Padrões Interamericanos para uma Defesa Eficaz e Diligente. Caso Ruano Torres vs. El Salvador.

PONTO V

- a) Privados de Liberdade. Padrões Internacionais para as Garantias Judiciais e os Direitos Pre-processuais. Direito a não ser torturado. Protocolo de Estambul. Resolução DPGE nº 932 de 26 de Junho de 2018. Padrões Interamericanos de Exclusão da Prova obtida por meio ilícito.
- b) População LGBT. Privados de Liberdade. Resolução nº 01/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária em Conjunto com o Conselho Nacional de Combate a Discriminação. STF ADI nº 4275.
- c) População em Situação de Rua. Conceito e Princípios das Políticas Públicas. Lei Municipal nº 6.350 de 4 de Maio de 2018. Recolhimento Compulsório.
- d) Raça e Racismo. Mulheres encarceradas. Normativa Internacional. Regras de Bangkok.
- e) Sistema Interamericano. Implementação das Decisões do Sistema Interamericano no Ordenamento Jurídico Interno e o papel da Defensoria Pública.
- f) Direito das pessoas Refugiadas e Imigrantes. Lei Federal 13.445 de 24 de Maio de 2017. Lei Federal 9.474 de 02 de julho de 1997. Sistema Interamericano. Caso Família Pacheco Tineo vs Estado Plurinacional de Bolívia.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PONTO I



- a) História social da infância brasileira. Paradigmas legislativos em matéria de infância e juventude: a situação irregular e a proteção integral. Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Eixos fundamentais. Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Defensoria Pública no contexto do Sistema de Garantia de Direitos. Lei nº 13.431 de 4 de abril de 2017. Lei 13.257 de 08 de março de 2016
- b) A criança e o adolescente na normativa internacional.
Declaração Universal do Direito das Crianças (1959).
Convenção sobre Direito da Criança da ONU.
Convenção 182 OIT.
Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças e Convenção relativa à Proteção das crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional concluída na HAIA em 29 de maio de 1993 (Decreto 3087 de 21 de junho de 1999).
Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade.
Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing).
Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil. – Diretrizes de Riad (1990).
- c) Direito a convivência familiar e comunitária. Família Substituta – excepcionalidade. Programas de acolhimento institucional e familiar. Família natural e família extensa. Socioafetividade. Perda ou suspensão do poder familiar. Audiência de Reavaliação.
- d) Ato infracional. Prática. Garantias processuais expressas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei 12.594/2012. Garantia do direito de defesa. Medidas Socioeducativas – natureza, tipos, aplicação, duração, prescrição. Dos Recursos. Da execução antecipada da medida socioeducativa. Resolução 165 CNJ.
- e) Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos.

PONTO II

- a) Sequestro Internacional de Crianças – Normativa Internacional – Tratado de Haia – Convenção Internacional sobre Direitos das Crianças. Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças e Convenção relativa à Proteção das crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional concluída na HAIA em 29 de maio de 1993 (Decreto 3087 de 21 de junho de 1999).
- b) História social da infância brasileira. Paradigmas legislativos em matéria de infância e juventude: a situação irregular e a proteção integral. Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Eixos fundamentais. Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Defensoria Pública no contexto do Sistema de Garantia de Direitos. Lei nº 13.431 de 4 de abril de 2017. Lei 13.257 de 08 de março de 2016
- c) Conselho Tutelar – definição, atribuições, competência, escolha dos conselheiros e impedimentos. Conselho Tutelar e Medidas de proteção.



Impugnação das decisões do Conselho Tutelar. Acolhimento institucional. Resolução 139 do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONANDA.

d) Sinase – Lei 12.594/2012. Execução das Medidas Socioeducativas. Princípios norteadores da execução das medidas socioeducativas. Objetivos, programa de atendimento, gestor do programa de atendimento. Unificação, prescrição, extinção de medidas socioeducativas. Dos Direitos Individuais. Direito de visitas. Do atendimento a Adolescente com Transtorno Mental e com Dependência de Álcool e de Substância Psicoativa.

e) Crimes e infrações administrativas.

PONTO III

a) Características da doutrina da situação irregular e da doutrina da proteção integral. Criança e adolescente: construção histórica e social das concepções de proteção, direitos e participação. Sistema de Garantia de Direitos. Lei 13.257 de 08 de março de 2016

b) A criança e o adolescente na normativa internacional.

Declaração Universal do Direito das Crianças (1959).

Convenção 182 da OIT.

Convenção sobre Direito da Criança da ONU.

Convenção sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças e Convenção relativa à Proteção das crianças e a Cooperação em Matéria de Adoção Internacional concluída na HAIA em 29 de maio de 1993 (Decreto 3087 de 21 de junho de 1999).

Regras Mínimas das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade.

Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing).

Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil. – Diretrizes de Riad (1990).

c) Curadoria Especial no Estatuto da Criança e do Adolescente. Direito de oitiva e participação da criança e adolescente Estatuto da Criança e do Adolescente e na Convenção sobre Direitos da Criança. Audiência de Reavaliação.

d) Garantia do devido processo legal ao adolescente acusado da prática de ato infracional: acesso à justiça, ampla defesa e contraditório. Princípios aplicados. Do Paradigma da Proteção Integral. Papel da Defesa técnica. Aplicação de medida socioeducativa. Execução. Dos Recursos.

e) Proteção dos direitos individuais, difusos e coletivos.

PONTO IV

a) Os Direitos da Criança e Adolescentes na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente – Aspectos históricos. Lei 13.257 de 08 de março de 2016

b) Direito a educação, cultura, ao esporte e lazer. Educação infantil, creches, ensino fundamental e ensino médio. Lei de diretrizes e bases da Educação



Nacional (Lei nº 9.394/96). Acesso à escola pública próxima a residência. Atendimento educacional especializado. Deveres dos pais. Deveres dos dirigentes. Direito à educação e impossibilidade da reserva do possível. Crimes e infrações administrativas.

c) Conselho Tutelar – definição, atribuições, competência, escolha dos conselheiros e impedimentos. Conselho Tutelar e Medidas de proteção. Impugnação das decisões do Conselho Tutelar. Acolhimento institucional. Resolução 139 do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONANDA.

d) Medidas socioeducativas. Da competência para executar a medida socioeducativa (lei 12.594/2012, Resolução 165 do CNJ). Dos princípios que regem a execução da medida socioeducativa. Da unificação das medidas. Do direito a visita. Do direito a saúde na execução da medida. Do plano individual de atendimento. Da extinção das medidas socioeducativas. Prescrição.

e) Da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos.

PONTO V

a) Princípios relativos à Aplicação do Direito da Criança e do Adolescente. Sistema de Garantia dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Eixos fundamentais. Resolução 113 do CONANDA. Defensoria Pública no contexto do Sistema de garantia de direitos. Lei 13.257 de 08 de março de 2016

b) Guarda e Adoção. Evolução do instituto. Conceito, características e tipos. Requisitos objetivos e subjetivos. Impedimentos. Adoção por casais homoafetivos. Adoção intuitu personae e a dispensa do prévio cadastramento e do respeito à ordem cronológica de prioridade. Destituição do poder familiar. Procedimento de perda ou suspensão do poder familiar. Acolhimento e reavaliação.

c) Curadoria Especial. Direito de oitiva e participação de crianças e adolescentes. Audiência de Reavaliação.

d) Apuração do ato infracional atribuído a adolescente. Oitiva informal. Internação provisória. Aplicação de medida socioeducativa. Da remissão. Dos Recursos. Execução de Medidas socioeducativas. Regressão. Substituição. Detração. Extinção.

e) Direito à educação, cultura, ao esporte e lazer. Educação infantil, creches, ensino fundamental e ensino médio. Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Acesso à escola pública próxima a residência. Atendimento educacional especializado. Deveres dos pais. Deveres dos dirigentes. Direito à educação e impossibilidade da reserva do possível. Crimes e infrações administrativas.